



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Movimentos sociais e participação social)

**Ocupação das escolas estaduais: ação direta no
enfrentamento às contrarreformas neoliberais na Educação**

Júlia Bruschi dos Santos ¹
Rozinaldo Antonio Miani ²

Resumo. Este artigo tem como principal objetivo analisar o movimento de ocupação das escolas estaduais no Brasil, em 2016, como uma resposta dos jovens secundaristas contra as medidas propostas pelo governo federal. Para tanto, discorreremos sobre o caráter burguês do Estado e apresentamos as principais características do referido movimento. A partir de pesquisa bibliográfica e de revisão de literatura verificamos que o sistema do capital vem procurando novos campos de lucratividade e que o Estado tem sido fundamental na mercantilização das políticas sociais, mas que, por sua vez, a sociedade expressa suas reações se utilizando, inclusive, da ação direta como estratégia.

Palavras-chave: Movimento secundarista; ocupação das escolas; ação direta; ensino médio; contrarreformas.

Abstract: This article has as main objective to analyze the movement of occupation of state schools in Brazil, in 2016, as a response of high school students against the measures proposed by the federal government. To do so, we will discuss the bourgeois character of the State and present the main characteristics of this movement. From bibliographic research and literature review, we verified that the capital system has been looking for new fields of profitability and that the State has been fundamental in the commodification of social policies, but that, in turn, society expresses its reactions by using, including direct action as a strategy.

Keywords: Secondary movement; occupation of schools; direct action; high school; counter-reforms.

¹ Discente no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: bruschijulia@gmail.com

² Docente do Departamento de Comunicação e do PPGSER/UEL. Coordenador do PPGCom/UEL. Doutor em História. Pós-doutor pela ECA/USP. E-mail: rmiani@uel.br



1 - INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender o movimento de ocupação das escolas estaduais, ocorrido no ano de 2016, como uma resposta de resistência por parte da juventude secundarista ante a ofensiva neoliberal do governo federal na política de Educação Básica, em especial sua última etapa, o Ensino Médio.

Compreender esse movimento, bem como suas estratégias de ação, requer que façamos algumas considerações a respeito do papel do Estado e de suas principais características durante a fase imperialista na qual ele se encontra. Nesse sentido, se faz necessário situarmos o início da atual crise do sistema capitalista, uma crise de superprodução que demandou uma reconfiguração do Estado de modo a manter as taxas de lucro da grande burguesia.

O grande capital se utiliza de diferentes estratégias para garantir a taxa de lucro da burguesia e o seu pleno faturamento metabólico, independente de onde sejam necessárias eventuais reformas. Via de regra, “[...] a tendência ante a crise é de maior desigualdade, desproteção da força de trabalho, desmonte de redes de proteção social por meio da destruição de direitos sociais e trabalhistas.” (CARVALHO, 2020, p.16).

Ancorados no método do materialismo histórico e dialético, argumenta-se que o Estado - enquanto um produto da luta de classes - tem nas políticas sociais uma potência expressiva de reprodução da força de trabalho. Portanto, quando o próprio movimento de expansão do capital necessita de maior e mais qualificada força de trabalho ampliam-se os direitos e as conquistas sociais.

Por sua vez, quando o sistema do capital enfrenta alguma de suas crises cíclicas - como a crise de superprodução representada pela existência de uma grande quantidade de dinheiro que não podia ser transformada em riqueza devido, principalmente, à grande concentração da propriedade privada capitalista -, se faz necessária a eliminação de uma parcela da força de trabalho e a precarização das relações de trabalho resultando, nesse caso, na regressão dos direitos e de conquistas sociais.

É diante da necessidade econômica de manutenção das taxas de lucro do capital, fator determinante de constituição da ordem capitalista, que todas as demais dimensões da vida social irão se constituir ou se adaptar. Quando vivenciamos períodos de crescimento econômico, melhores serão as condições de vida da força de trabalho impactando de maneira direta nas políticas sociais. Porém, quando a sociedade capitalista vive seus momentos de crise, declinam-se as condições de vida e extinguem-se os direitos e políticas sociais.

É, portanto, no bojo das contradições entre capital e trabalho que emerge a necessidade da formatação de um Estado que, estranho à sua própria origem, se torne



capaz de manter a coesão, tendo em vista o bom funcionamento do modo de produção. A esse respeito, Lênin (2017, p.29) afirma:

O Estado é o produto a manifestação do **caráter inconciliável** das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (*grifo nosso*).

É esse Estado que organizará, planejará e executará as diferentes políticas econômicas e sociais, tendo sempre como horizonte a fase última de acumulação do capital. Portanto, baseada nas relações estritamente mercantis, o capital tem procurado manter seu processo de acumulação se apropriando de espaços até então pouco explorados, como é o caso das políticas sociais, em específico, as políticas na área da Educação.

Neste contexto, buscaremos identificar a conjuntura social, econômica e política que motivou o levante do movimento de ocupação das escolas pela juventude secundarista durante o ano de 2016 no Brasil, bem como compreender as medidas instituídas pelo governo Michel Temer (2016-2018) que impactaram incisiva e diretamente a política de Educação e a juventude, demonstrando explicitamente os interesses de um Estado comprometido com o grande capital.

Por sua vez, durante o processo de extração de mais-valia - momento ímpar da dinâmica de reprodução do modo de produção capitalista - há também respostas e revoltas por parte daqueles que são explorados pela lógica do sistema como o movimento de ocupação das escolas estaduais que, por meio da ação direta, manifestou um despoite da luta de classes.

Enfim, o propósito principal deste artigo será compreender e analisar algumas especificidades do movimento de ocupação das escolas estaduais no ano de 2016 no Brasil como uma reação às ações do Estado, de modo a subverter a lógica tradicional das escolas e postular a defesa das liberdades democráticas utilizando a ação direta como estratégia organizativa das ocupações.

2 - CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO

A partir de um aprofundamento sobre as relações históricas entre o capital e o Estado é possível constatar que as políticas sociais têm um papel ímpar de mediação no embate entre os interesses dos diversos setores e frações da burguesia e os interesses das classes trabalhadoras.

Também se faz importante destacar que a fase do capitalismo monopolista foi fortemente marcada por novas determinações sociais e políticas, as quais emergiram e se



desenvolveram a partir da organização capitalista em monopólios. Com isso, o principal objetivo desde então tem sido a maximização dos lucros por meio do controle do mercado. A esse respeito, Lênin (2011, p.174) já afirmava que “o monopólio, logo que tenha se constituído e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’.”.

No processo de subordinação do Estado ao capital é possível notar a grande movimentação em busca de novos campos para que o capital possa se valorizar. Tal movimentação se reflete em diferentes campos, em especial, numa ofensiva para a retirada de direitos sociais e trabalhistas e, também, na mercantilização dos diferentes espaços da vida social. De acordo com Mandel (*apud* ANDRADE et. al, 2020, p.30), “parte significativa do capital acumulado não consegue se valorizar na produção e passa, então, a penetrar nas esferas de circulação de serviços e da reprodução.”.

Dentre as áreas essenciais da vida social a Educação ocupa lugar estratégico e, justamente por isso, é considerado um elemento importante no processo de acumulação capitalista, principalmente, como expressão da superestrutura por difundir a ideologia burguesa, potencializando a reprodução desse sistema de classes. Além disso, a educação se converte em uma mercadoria na medida em que o sistema público de ensino é sucateado por meio do corte de recursos públicos e, com isso, se intensifica a privatização no setor, favorecendo a lógica do mercado.

Entretanto, a privatização da educação no Brasil vem acontecendo “gradativamente”. E é no ensino superior que esse processo já está bastante consolidado, sendo disputado por grandes corporações internacionais. É válido que apresentemos, de maneira breve, a mercantilização do ensino superior para que possamos, posteriormente, nos atentarmos para o processo de privatização na educação básica.

Desde o início da década de 1990, com mais intensidade a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o ideário neoliberal se tornou dominante entre os governantes brasileiros. Nessa perspectiva, era necessária uma reforma gerencial do Estado de modo a “resgatar a economia financeira e a capacidade do Estado de implementar política públicas.” (BRASIL, 1995). E segue o documento que apresenta o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da **redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto** pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento [...]; reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. (BRASIL, 1995, p.12, *grifo nosso*).



A transformação do Estado brasileiro enquanto apenas um regulador do desenvolvimento condiz com a fase em que se encontra o capitalismo mundial. A reforma proposta pelo governo FHC - e mantida nos governos posteriores de forma mais ou menos intensificada - vai de encontro com as diretrizes propostas pelos organismos internacionais em que as reformas no Estado perpassam as políticas sociais mediante reajustes fiscais de superávit primário e que ocasionam uma redução na intervenção do Estado na área social.

“O impulso à financeirização da educação, porém, veio de fora. Foi nos anos 1990 que instituições de ensino norte-americanas passaram a ter ações negociadas na Bolsa de Valores” (ANDRADE et. al, 2020, p.31). E é aí que se verifica a Educação sendo regida pela lógica da concentração de capital, ou seja, da monopolização. Foi no governo FHC que as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas aumentaram em 110,8% a sua participação no setor da educação (ANDRADE et. al, 2020, p.32).

Não podemos nos esquecer que os governos seguintes também foram importantes para a acumulação do capital privado por meio das políticas educacionais. O governo Lula (2003-2010) instituiu, sob a lei nº 11.096/2005, o Programa Universidade para Todos (Prouni) que oferecia isenções fiscais às entidades privadas, com fins lucrativos, em troca de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda. Há de se recordar ainda do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que destinava recursos públicos ao financiamento estudantil. Tais medidas apenas reforçavam a centralização e concentração de capitais privados em grandes grupos educacionais.

A exemplo disso, podemos dialogar com a pesquisa de Scrivano (*apud* ANDRADE et. al, 2020, p. 1) que afirma que “[...] em 2002 os vinte maiores grupos educacionais do Brasil possuíam 14% do mercado. Ao fim de 2015, doze grupos agregavam 43,9% das matrículas”, o que demonstra a tendência à monopolização.

A pesquisa de Andrade et. al (2020, p.32) também corrobora tal dado quando aponta a trajetória da megacorporação Kroton que entre 2008 e 2018 cresceu dez vezes e atingiu um faturamento de R\$ 7,5 bilhões e quase 1 milhão de alunos, comprovando como o capital financeiro opera por trás das grandes marcas. Por meio de um discurso de justiça social e de democratização do acesso, a educação foi submetida, cada vez mais, às necessidades e às regras do mercado negando sua condição de direito social e sendo operacionalizada enquanto consumo individual.

Este cenário se tornou atrativo ao desenvolvimento de grandes corporações da educação, como aconteceu com a fusão entre a Kroton e a Anhanguera, em 2016, tornando-se o maior grupo educacional do mundo. Em 2017 foi tentada uma nova fusão com outro grupo, Estácio, que acabou não aprovada no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Portanto, o início das barreiras à manutenção das elevadas



taxas de lucros já sinalizavam a necessidade de se ampliar a fronteira da mercantilização à Educação Básica.

Apesar de tudo isso, foi principalmente no período posterior ao golpe de 2016 (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016) que a ofensiva neoliberal atacou com grande força a educação pública básica a partir da instituição da Medida Provisória 746/2016³ e a Emenda Constitucional 55/2016 (ou 241/2016 na Câmara de Deputados). A esse respeito, Salomão Barros Ximenes (2019, p.57) afirma: “O golpe parlamentar de 2016 pôs em marcha uma política educacional orientada a rapidamente perenizar retrocessos: ‘teto de gastos’, reformas do Ensino Médio e trabalhista, Base Nacional Curricular Comum, etc.”.

É fato que, anteriormente, a mercantilização da educação pública já vinha se manifestando de outras formas como “com a venda de sistemas de educação, com apostilas, consultorias, sites, aplicativos, livros didáticos e outros serviços” (ANDRADE et. al, 2020, p.36). Todavia, discutiremos aqui as duas medidas acima mencionadas, visto que foram estas que impulsionaram as respostas de uma parcela importante da população, culminando no movimento de ocupação das escolas estaduais.

Ambas as medidas reafirmavam a perspectiva do estabelecimento de uma política de austeridade, isto é, da “necessidade” de o Estado capitalista implementar uma política expansionista de cunho privado, operando a partir da desresponsabilização de gastos com políticas sociais e da abertura privatista aos monopólios da educação.

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 - posteriormente, transformada em PEC 241 - estabelecia o congelamento de gastos sociais do governo, principalmente, nas políticas de saúde e de educação, por um período de 20 anos, demonstrando a nítida intenção do governo de se eximir de sua responsabilidade social:

Trata-se do congelamento das despesas primárias correntes (despesas públicas da União, reduzindo-a para 12% do PIB), ou seja, um congelamento do Estado Social para proteger o pagamento dos juros e serviços da dívida que, seguramente, seguirá em curva ascendente, e poderá ser redimensionado, a maior, com a assimilação das dívidas dos estados e das incertezas econômicas agravadas pelo efeito Trump. (LEHER; MOTTA; VITTORIA, 2017, p.18).

Associada à referida PEC, a Medida Provisória 746 propunha grandes mudanças a serem incrementadas na Educação Básica, mais especificamente, no Ensino Médio. Pautados em um discurso baseado na suposta necessidade de mudança diante de um Ensino Médio que não correspondia com a realidade dos jovens atuais, a medida intensifica a desigualdade, a exclusão e o sucateamento do ensino público.

³ A MP foi aprovado e, posteriormente, transformada na Lei nº 13.415 de 2017.



A referida medida apresenta duas principais mudanças: a flexibilização do currículo e a oferta do período integral. Por meio do discurso da possibilidade de escolha do projeto de vida, a MP 746 reorganiza o currículo estabelecendo a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e diferentes itinerários formativos.

Os itinerários formativos foram definidos nas seguintes áreas: I - linguagem e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2016). A flexibilização do currículo foi exposta pelo governo federal por meio do documento de exposição de motivos, com a “perspectiva de ofertar um Ensino Médio atrativo para o jovem, além da liberdade de escolher seus itinerários, de acordo com seus projetos de vida”. Entretanto, a flexibilização do currículo impede que os alunos tenham contato com todas as disciplinas, visto que a Instituição de Ensino não é obrigada a ofertar todos os itinerários. Portanto,

A flexibilização pode ser também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbção dos processos de exclusão e desigualdade social. Flexibilizar uma política pode ser também o resultado da falta de consenso sobre ela. Estamos mais uma vez frente a uma equação economicista para pensar a educação, com análises reducionistas e propostas imediatistas. (FERRETI; KRAWCZYK, 2017, p.36).

Outra mudança instituída pela MP trata da instituição do período integral do Ensino Médio prevendo um aumento progressivo de 800 horas para 1400 horas. Entretanto, não há nenhuma indicação de como isso seria feito, mesmo considerando que a aprovação da PEC impactaria diretamente no custeio do período parcial e, mais ainda, do período integral.

Todas as mudanças impostas pela MP não consideraram a dimensão universal da Educação e, muito menos, da realidade dos estudantes que frequentam o período noturno nem daqueles que, no contraturno escolar, já haviam iniciado a vida no trabalho a fim de auxiliar no sustento familiar. O que se observa, portanto, é a perspectiva mercadológica, privatista e excludente na educação, “de viés elitista e reacionário, que retoma a segregação oficial no currículo da educação básica.” (XIMENES, 2019, p.55).

A referida medida, ainda, abre brechas a outras frentes de mercantilização da Educação Básica quando, em seu artigo 11, permite que “os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento.” (BRASIL, 2016). Desta forma, é possível afirmar que a MP busca “[...] uma desresponsabilização do Estado pela promoção dessa educação, abrindo espaço para várias estratégias de disputa do Fundo Público pelos empresários, através de várias possibilidades de parcerias público/privadas com financiamento público.” (SILVA, 2020, p.70).



Portanto, podemos constatar que as contrarreformas (CARVALHO, 2020; LEHER; MOTTA; VITTORIA, 2017) impulsionadas pelo governo federal tinham apenas como objetivo aprofundar a desigualdade econômica e intensificar o processo de exclusão, de modo a responsabilizar o indivíduo pelas suas “escolhas”, bem como pelo seu processo formativo. Trata-se, portanto, de uma contrarreforma que tem como objetivo garantir a reprodução ideológica da juventude à lógica do capital.

Entretanto, a contrarreforma não foi bem aceita pela sociedade. Se já não bastasse o teor da própria MP que sucateia e estrangula a Educação Básica pública, a medida foi impetrada de forma autoritária e sem qualquer diálogo com a comunidade escolar, ocasionando uma série de manifestações e atos contra a medida que ganharam reconhecimento em nível mundial.

Neste sentido, nos parece pertinente recorreremos a Marx e Engels (2016) quando apontam o processo constante de luta entre burguesia e proletariado, processo que se estende pelos diferentes modos de produção e que se intensificam com advento do capitalismo. Afirmam os referidos autores:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz - em suma, **opressores e oprimidos sempre estiveram em oposição**, travando luta ininterrupta, ora velada, ora aberta, uma luta que sempre terminou ou com a reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com o ocaso conjunto das classes em luta. (ENGELS; MARX, 2016, p.44, *grifo nosso*).

É diante desse contexto de disputa que buscamos conceituar o movimento de ocupação das escolas estaduais, ocorrido no ano de 2016 no Brasil, como um episódio de força e de resistência da juventude. De um lado, governantes a mando do capital, impondo medidas de austeridade e destruindo os mínimos direitos sociais já garantidos em lei. Por outro, filhos de trabalhadoras e trabalhadores que, por meio da ação direta, travaram uma intensa disputa contra os interesses da grande burguesia.

3 OCUPAÇÃO: AÇÃO DIRETA COMO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ESTUDANTIL

Considerando o contexto social, econômico e político apresentado, bem como as medidas propostas pelo governo federal e suas reais intenções com suas reformas na área da Educação, é preciso também compreender que as ações tomadas pelo governo não foram aceitas de forma tranquila. Nos processos de luta entre as classes sociais antagônicas na ordem capitalista - ora velada, ora aberta, como mencionado por Marx e Engels -, as estratégias de ação utilizadas pelas classes oprimidas são diversas.



As ocupações das escolas estaduais no Brasil, durante o ano de 2016, demonstram de forma bastante explícita as estratégias de resistência por parte da juventude secundarista, juventude essa que vem sentido de maneira contundente os impactos gerados pela crise de decomposição do capital. É fato que o imperialismo e suas diversas crises têm incitado à juventude perspectivas de vida cada vez mais desoladoras, conforme analisa Osvaldo de Souza (2020, p.84):

A juventude proletária, seja como filhos e filhas dos proletários assalariados, seja como proletários jovens imersos na produção, seja como força de trabalho potencial, aparece neste texto como uma fração da juventude em geral que merece atenção especial, dado os efeitos da decomposição do sistema social sobre ela, sua destruição física (mortalidade), seu desperdício potencial como força de trabalho (desemprego estrutural).

Enquanto uma categoria social que é perpassada pelas classes sociais (SOUZA, 2020, p.86), portanto, inserida no contexto de luta entre as classes, a juventude ⁴ tem desempenhado um papel histórico e de grande relevância em vários momentos da história da sociedade. Sendo assim, é preciso compreender a juventude enquanto uma categoria social, porém, imersa no modo de produção capitalista e atravessada pelas contradições entre as classes.

Nesta perspectiva, é possível vislumbrar a dimensão histórica da juventude quando uma parcela desses sujeitos sociais ocupou as ruas no Brasil no ano de 2013 durante o movimento que ficou conhecido como “Jornadas de Junho” ⁵. Tal movimento demonstrou a força da juventude durante as manifestações, reafirmando o potencial que esta categoria social possui e que, desde que bem organizada, é capaz de gerar mudanças significativas.

De alguma forma, podemos reconhecer que foi por meio da experiência empírica de muitos dos jovens durante os atos e manifestações acontecidos em 2013 que a ocupação das escolas gestou-se. Entretanto, é preciso lembrar que o principal influenciador para que o processo de ocupação das escolas acontecesse foi o movimento que ficou internacionalmente conhecido como “Revolta do Pinguins”. Em 2006 e 2011 os secundaristas chilenos - também conhecidos por “pinguins” em razão das cores de seus uniformes -, tomaram as ruas do Chile e ocuparam as escolas do país, tendo como principais itens de reivindicação: gratuidade do exame de seleção para universidades; passe escolar gratuito e sem restrição de horários para transporte municipal; melhoria e aumento

⁴ Segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº12.852 de 5 de agosto de 2013), são considerados “jovens” aqueles que possuem entre 15 e 29 anos de idade. Além desta legislação, os secundaristas também são amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma vez que se define enquanto adolescente aqueles que têm entre 12 a 18 anos de idade.

⁵ As “Jornadas de Junho” foram as diversas manifestações populares acontecidas no ano de 2013 no Brasil que surgiram para contestar o aumento na tarifa do transporte público. Entretanto, durante as fases do movimento, outras pautas foram sendo incorporadas e que acabaram mudando radicalmente sua direção e objetivos.



da merenda escolar; e reforma das instalações sanitárias em mau estado em muitas escolas. (ZIBAS, 2008, p.203).

Durante meses os estudantes chilenos montaram acompanhamentos e tomaram os prédios das escolas no Chile e ficavam durante o dia e a noite em vigília como forma de protesto até que suas reivindicações fossem atendidas. As manifestações no Chile, em 2006, ganharam a imprensa internacional diante de sua grande proporção, bem como de sua estratégia e dinâmica. As experiências vivenciadas no Chile foram registradas e transcritas em uma cartilha intitulada “Como ocupar um colégio”.

A cartilha foi traduzida pelo Coletivo Mal-Educado ⁶, um ator coletivo bastante importante para que as ocupações no Brasil acontecessem. O Mal-Educado, coletivo de caráter anarquista, catalizou a movimentação que já vinha sendo desenvolvida pelos secundaristas, proporcionando uma “virada tática das manifestações de rua à ocupação das escolas” (CAMPOS et. al, 2016, p.79). Portanto, é necessário reconhecermos a importante influência do referido coletivo durante o processo de organização e de manifestação dos estudantes secundaristas.

A cartilha, traduzida pelo Coletivo, uma espécie de manual, explicitava os princípios básicos e as tarefas necessárias para realizar uma ocupação, discorrendo sobre o movimento acontecido em 2006 no Chile, além de pontuar um plano de ação de como uma ocupação deveria ser organizada:

Nossa estratégia deve nos permitir vencer a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. **As ocupações massivas de colégios são uma das ferramentas dentro dessa estratégia.** Para ganhar, todos devem saber o porquê brigamos, quando devemos atacar, quando é preciso recuar e quando é preciso dispersar. Se nunca atacamos, não seremos ouvidos, mas se também não dispersamos no momento certo, vamos nos isolar e desgastar, e não conseguiremos o que queremos. (MAL-EDUCADO, 2015, *grifos nossos*).

O movimento ganhou repercussão nacional - e até mesmo internacional - devido ao grande número de escolas ocupadas em todo o Brasil. Durante o período de um ano, as ocupações se espalharam por todo o território nacional com intensidades diversas dependendo de cada região. “Quase trinta escolas foram ocupadas tanto em Goiás quanto no Ceará, cerca de oitenta no Rio de Janeiro e cerca de 150 tanto em Minas Gerais quanto no Rio Grande do Sul.” (JANUÁRIO; MEDEIROS; MELO, 2019, p.19). Entretanto, o epicentro das ocupações aconteceu no estado do Paraná onde quase 850 escolas estaduais foram ocupadas, podendo ser considerado como o segundo maior movimento de ocupação de escolas, atrás apenas do movimento acontecido no Chile.

⁶ O coletivo surgiu a partir de experiências de lutas entre alunos de uma Escola Estadual do Sul de São Paulo, grêmios de colégios particulares da capital e grêmios de Escolas Técnicas Estaduais.



Adolescentes e jovens, predominantemente entre 15 e 18 anos, ocuparam as escolas de forma literal. Durante semanas e, em algumas escolas, até meses, os secundaristas realizaram a autogestão do espaço escolar. Desenvolveram as mais variadas atividades necessárias dentro de uma escola, fizeram sua própria comida, coordenaram aulas públicas, debates, oficinas e atividades culturais, além de defenderem suas reivindicações em atos públicos e junto aos deputados e senadores.

Por meio de um processo dialético, em que os estudantes secundaristas buscavam meios e formas para preencher o cotidiano das ocupações, os sujeitos sociais protagonistas do movimento também foram se constituindo e se reconhecendo durante todo o processo. Essa constatação pode ser percebida a partir da constante movimentação dos estudantes para realizar as atividades culturais, políticas e formativas:

[...] apresentações artísticas (batalhas de rap, exibição de filmes, peças de teatro, saraus literários, show musicais e de talentos), atividades físicas, aulas e aulões (estas últimas voltadas para o vestibular ou o ENEM), debates e cine-debates, oficinas (de artesanato, cartazes, dança, estencil, fanzine, fotografia, lambe), palestras, prestação de serviços para a comunidade, reuniões com os pais e rodas de conversa. Os conteúdos também foram extremamente variados: defesa pessoal, dívida pública, feminismo, gênero, libras, preconceito, racismo, sexualidade, transporte público, dentre muitos outros (JANUÁRIO; MEDEIROS; MELO, 2019, p.22).

Neste sentido, o que se pode observar durante as ocupações foi um movimento bastante peculiar em sua dinâmica de organização, bem como em sua estratégia de ação. A organização interna do movimento foi um aspecto bastante importante e que chamou a atenção da população e da imprensa. Tendo como horizonte as liberdades democráticas e a participação de todos os secundaristas envolvidos, as ocupações eram compostas por diferentes comissões; dentre as básicas estavam as comissões de comida, segurança, imprensa, informação, limpeza e relações externas (O MAL-EDUCADO, 2015).

Cada comissão tinha sua função específica e essencial dentro das ocupações; tratava-se de uma forma prática de organização do espaço e da ocupação. Entretanto, como as tarefas seriam realizadas a partir das comissões, as decisões sobre quem desempenharia qual atividade, bem como as decisões sobre os próprios rumos do movimento, eram discutidas e deliberadas entre todos os membros da ocupação. O movimento funcionava em um processo de autogestão. A defesa pelas liberdades democráticas era bastante visível, pois todos os assuntos pertinentes à ocupação, até as questões mais básicas, eram discutidos nos espaços de assembleia:

[...] é primordial e “obrigatório” que se discuta como se organizará todo o processo de ocupação, para garantir que todas as tarefas sejam cumpridas no prazo e da forma proposta, sempre respeitando a democracia direta [...]. O mais prático e recomendável é que a assembleia geral nomeie comissões para cada tema



específico, que fiquem responsáveis por supervisionar e cumprir as tarefas designadas para elas. (O MAL-EDUCADO, 2015, *grifos nossos*).

Um dos aspectos peculiares do movimento foi a defesa e luta pela democracia direta, garantindo o respeito pela liberdade de opinião de cada secundarista que compunha o movimento. As ocupações tinham como órgão mais importante as assembleias e, portanto, os assuntos pertinentes à ocupação deveriam ser tratados e discutidos na assembleia. Estes espaços deveriam ser ocupados não só pelos estudantes mais experientes, mas sim, por todos aqueles que participavam da ocupação, onde aprendiam a construir coletivamente pautas, demandas, atividades e distribuição de tarefas. Nesse sentido, o movimento de ocupação das escolas estaduais proporcionou à juventude estudantil a vivência de uma verdadeira participação política.

Outro aspecto bastante peculiar do movimento foi a estratégia encontrada pelos secundaristas para serem ouvidos, tanto pela população quanto pela mídia e, principalmente, pelos governantes. É válido salientar que antes de as ocupações acontecerem, os jovens secundaristas já vinham se mobilizando de diferentes formas com intuito de se contrapor às medidas propostas pelo governo federal, que como já observamos, não tinha interesse algum em melhorias na rede pública de ensino.

Foram diversas as estratégias utilizadas pelos secundaristas como forma de oposição ao governo: abaixo-assinados, abraços coletivos, passeatas, manifestações de rua e trancamento de avenidas, ou seja, desde estratégias mais pacíficas até estratégias mais radicais, conforme relatam Antônia Malta Campos, Jonas Medeiros e Márcio Moreto Ribeiro (2016, p.53-54):

[...] a disposição de luta dos estudantes já se desdobrava, desde o início, em um repertório variado de formas de protesto, desde uma demonstração como um abraço coletivo até táticas mais radicais, como o ato de colocar fogo em entulho e bloquear ruas. Enquanto a ineficácia destas táticas ficava cada vez mais evidente, a ocupação das escolas já estava espreitando a mente dos estudantes.

Entretanto, a intransigência dos governantes passou por cima de qualquer forma de manifestação e de opinião dos secundaristas, impondo as medidas e não abrindo espaço para a discussão. Desta forma, a cada decisão do governo não restava outra opção que não fosse a de ocuparem de forma literal o espaço público da escola como uma forma de serem ouvidos e de serem considerados em suas reivindicações.

“Uma ocupação é sempre o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tiverem se esgotado.” (O MAL-EDUCADO, 2015). Portanto, a ação direta se tornou a estratégia possível para que os secundaristas pudessem ter suas pautas consideradas. Tendo na ação direta o princípio e o método do protagonismo do povo auto



organizado, as ocupações das escolas públicas estaduais conquistaram os secundaristas e fez com o que o movimento eclodisse.

É a partir de então que a ação direta - enquanto uma manifestação da luta de classes, aliada à defesa das liberdades democráticas que colocavam em questão as condições para se exercer a cidadania -, subverteu a lógica escolar tradicional e demonstrou que era possível construir espaços escolares mais democráticos e de maior participação da juventude. Para além disso, também denunciava o sucateamento do Ensino Médio público que se acentuava com as medidas propostas pelo governo federal, e que também escancarava as portas para a mercantilização da Educação.

Enfim, estes foram os principais motivos que levaram as ocupações das escolas estaduais por parte dos estudantes secundaristas a serem tão reprimidas, pois além de denunciar a intenção do governo em ampliar a mercantilização da Educação, também estimulava a utilização e aplicação da ação direta como forma estratégica de organização e, caso o governo não reagisse e reprimisse o movimento, o povo auto organizado poderia reproduzir essa estratégia em outros momentos explicitando os processos mais intensos da luta de classes.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o movimento de ocupação das escolas estaduais acontecido, principalmente, no ano de 2016, pudemos observar que, inicialmente, este movimento se estabeleceu para lutar contra a reforma educacional proposta pelo governo Michel Temer. Para tanto, traçamos uma análise a respeito das mudanças acontecidas no modo de produção capitalista, bem como sobre a crise pela qual esse sistema vem passando e que demanda sua expansão para outros campos para poder manter seus níveis de lucratividade.

Neste sentido, contatamos que as medidas propostas pelo governo federal, tanto a PEC 55 quanto a MP 746, estão em consonância com o momento de crise estrutural do capital e seus respectivos desafios. A PEC, por meio do congelamento dos gastos públicos, principalmente, nas áreas da saúde e educação, tem como objetivo a redução do Estado em sua área social e a destinação de recursos financeiros para o pagamento de juros da dívida.

Associado à PEC, a MP 746 - que posteriormente foi aprovada e transformada em lei - abre grandes brechas à privatização do Ensino Médio e ainda desresponsabiliza o Estado no cumprimento e execução da Educação Básica, consolidando uma proposta de mercantilização da referida etapa da Educação Básica. Essa proposta, além da desresponsabilização do Estado e da mercantilização de um dos direitos básicos e fundamentais de um povo, ainda aprofunda a exclusão e a desigualdade ao não considerar



os estudantes trabalhadores, principalmente, aqueles que estudam no período noturno. No limite, tais medidas demonstram o caráter do Estado burguês enquanto garantidor da lógica mercantil e privatista que não mede esforços, e nem direitos, para conquistar novos campos com o intuito de manter as altas taxas de lucro do capitalismo imperialista.

Em seguida, examinamos o movimento de ocupação das escolas por parte dos estudantes secundaristas enquanto um movimento que mobilizou as forças sociais da juventude contra as ofensivas do capital. Foi possível perceber que os jovens, em sua maioria entre 15 e 18 anos, buscaram diferentes estratégias para serem escutados pela sociedade e pelos governantes diante da intransigência e da truculência utilizada pelo Estado para aprovar suas “medidas de austeridade”.

Em defesa das liberdades democráticas e da construção de um movimento em que todos pudessem participar de forma literal, as ocupações foram se espalhando Brasil afora e engajou muitos secundaristas; afinal, era possível subverter a lógica e construir uma escola participativa, uma escola democrática. A ação direta - utilizada enquanto estratégia do movimento - possibilitou as condições para que o exercício da liberdade dos jovens fosse exercido, decidindo desde questões mais práticas da ocupação até a defesa de suas pautas.

Enquanto uma manifestação da luta de classes, a ocupação das escolas mostrou a potência e a força dos jovens secundaristas para a luta contra um governo alinhado aos organismos internacionais e a serviço do grande capital. Ademais, o movimento demonstrou também a potencialidade da ação direta como uma forte estratégia de resistência à ordem social, evidenciando o potencial revolucionário da ação direta em face de um Estado que atua incisivamente na perspectiva da retirada de direitos - que, nesse caso, se voltou contra as políticas educacionais - com o propósito de atender às necessidades do capital.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscila Serafim de; et al. Crise, contrarreformas e mercantilização da educação. *In*: CARVALHO, Soraia de (Org.). **Contrarreformas na Educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020. p.27-48.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995, p.01-68. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Presidência da República. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Fomento,Desenvolvimento%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20e. Acesso em: 07 dez. 2020.



CAMPOS, Antônia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moreto. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

CARVALHO, Soraia de (Org.). **Contrarreformas na educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020.

FERRETI, Celso João; KRAWCZYK, Nora. Flexibilizar pra quê?: Meias verdades da "reforma". **Retratos da Escola**, Brasília, v.11, ed.20, p.33-44, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757>. Acesso em: 8 dez. 2020.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLEO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia; VITTORIA, Paolo. Educação e mercantilização em meio à tormenta política-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v.9, n.1, p.14-24, abril, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792/14337>. Acesso em: 8 dez. 2020.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Penguin Companhia, 2016.

JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion. Introdução. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion (Org.). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação das escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

SILVA, Katherine Ninive Pinto. Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: o que há de "novo" no velho dualismo educacional brasileiro?. *In*: CARVALHO, Soraia de (Org.). **Contrarreformas na Educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020. p.67-82.

SOUZA, Osvaldo de. Juventude proletária: entre a classe e a categoria social. *In*: CARVALHO, Soraia de (Org.). **Contrarreformas na educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2020. p.83-106.

O MAL-EDUCADO. **Como ocupar um colégio?** Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

XIMENES, Salomão Barros. Contra quem os estudantes lutam?: As ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública. *In*: JANUÁRIO, Adriano; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion (Org.). **Ocupar e resistir**: Movimento de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019. p.53-74.

ZIBAS, Dagmar M. L. "A revolta dos pinguins" e o novo pacto da educação chileno. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.38, ed.13, p.199-408, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 dez. 2020.